

Sarney prepara governo longo

CARLOS CHAGAS

Apesar da comoção, do constrangimento e até da relutância de José Sarney, faz 48 horas que seus amigos mais chegados, ministros e dirigentes da Frente Liberal e do PMDB, têm levado aos Palácios do Jaburu e do Planalto a necessidade de ele preparar-se para suceder e não mais para substituir Tancredo Neves. As conversas envolvem a elaboração de um pacto político de José Sarney com a Nação, já que se encontra próximo de chefear o seu governo, não mais o governo de Tancredo Neves. Começam por um gesto de renúncia a ser formalizado pelo Ministério: todos os ministros colocariam seus cargos à disposição do presidente em exercício, quando sua permanência se tornasse definitiva. Isso não significa que José Sarney venha a mudar o Ministério. O mais provável, até, é que mantenha a equipe composta por Tancredo Neves, ao menos de início, mas o gesto se tornaria imprescindível para deixá-lo à vontade a fim de que possa seguir adiante na elaboração de seu pacto político. Será preciso que esse pacto se faça, ou se renove com ele, e de acordo com suas características, envolvendo todos os segmentos nacionais, afastada que está a hipótese de reduções e antecipações, seja do mandato iniciado em 15 de março, seja da Assembleia Nacional Constituinte ou das eleições presidenciais diretas. O ex-senador pelo Maranhão deve preparar-se para governar até o final do atual período administrativo, no mínimo de quatro anos.

O raciocínio de ministros e dirigentes partidários dá conta de que Tancredo Neves, ao longo do segundo semestre do ano passado, reuniu a credibilidade nacional e, como se constituiu no desagradado das esperanças, anseios, reclamos e aspirações nacionais, montou amplo pacto político com os partidos, o Congresso, os governadores estaduais, o empresariado, os trabalhadores, as Forças Armadas, a Igreja, a intelectualidade e, numa espécie de somatório, com a opinião pública. O ponto alto dessa montagem foi expresso pelo documento divulgado em 7 de agosto, o "Compromisso com a Nação", que selou a Aliança Democrática, e cujo desdobramento se deu no texto lido por Sarney ao Ministério, em nome de Tancredo, em 17 de março, já popularmente chamado de o "é Proibido Gastar". Nos dias angustiantes que se desdobram até hoje, o presidente mais cresceu no sentimento nacional, por conta do martírio a que se submete, que o tornaria, no caso de seu retorno, não só no mais forte dos chefes de governo, desde Deodoro da Fonseca, mas no único, desde a Proclamação da República, em condições de obter o integral apoio da Nação para os caminhos que quisesse definir e imprimir.

José Sarney, tornando-se o sucessor, conta com boa parte do esquema de sustentação de Tancredo Neves, mas precisará adaptá-lo às suas condições. Muito provavelmente, até ampliá-lo. Afinal, a Nação escolheu Tancredo, aceitando, oferecendo e integrando-se no seu pacto, até mesmo porque ele seria o executor e guardião. O vice-presidente, como tal, já precisava

conquistar a opinião pública. Como presidente, mais precisará.

Até dois dias atrás, quando as notícias sobre a saúde de Tancredo Neves permitiam esperar sua recuperação, mesmo num prazo longo, apesar de serem delicadas e preocupantes, a conquista de condições pessoais amplas para governar interinamente já se constituía numa das preocupações de José Sarney. E dos ministros que têm passado horas a fio em sua companhia, como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Roberto Gusmão, Alotio Alves e outros. Foi assim que ele decidiu encontrar recursos para algumas iniciativas no campo social, confundidas com a reativação do plano de emergência preparado pela Copag. O meio de promover uma interinidade que se prenunciava demorada vinha sendo dissecado e analisado em profundidade. Manter o governo funcionando, colocar o Ministério em plena carga, dar ao País a impressão real de que, apesar dos percalços, a Nova República ocupava seus espaços, que as instituições se mantinham fortes e, também, adotar medidas que realmente exprimissem mudanças — todo esse rol foi costurado, alinhavado e preparado. Não obstante, é claro, o acoágimento de alguns grupos que já vislumbravam, nisso, a possibilidade de assumir maiores parcelas do controle da política econômico-financeira.

Pois, agora, muito mais se coloca a necessidade. José Sarney precisa equacionar o seu pacto político com a Nação, sob pena de enfrentar e de ver avolumadas frustrações, angústias e

incertezas. Deve-se afirmar, tanto politicamente quanto junto à opinião pública. Manter a prioridade absoluta do combate à inflação e tentar realizar o que puder no plano social, pelo menos de modo a não aumentar as agruras dos menos favorecidos. Mas conquistar tempo e espaço através de iniciativas que possam tanger problemas como o do desemprego, dos transportes de massa, da alimentação e da habitação popular. Desencadear o possível, não o mirabolante.

No plano partidário, até aumentar a margem de sustentação de seu governo, aqui e ali, em tempo oportuno, substituindo ministros. Formando sólida base que o ajude a deslanchar a Nova República. Obviamente que não se cuida de nomes para entrar e de nomes para sair. Sarney deverá, também, encontrar canais específicos de diálogo ainda maior com o Congresso. E com os demais segmentos nacionais, dispostos a apoiá-lo, é evidente, mas sem dispor ainda, com ele, das mesmas vias amplas de que dispunham com Tancredo Neves.

Será possível, dessa forma, prevenir e evitar agitações e conflagrações que não deixarão de ser tentadas por grupos extremados, estejam eles à esquerda ou à direita da Nova República. Esses grupos logo arguirão a ilegitimidade do governo Sarney e se aproveitarão da inusitada situação para buscar alterar a estabilidade tênue das instituições. Ou será que, estivessem estas solidamente dispostas, conseguiriam ministros e o próprio presidente repetir a cada cinco minutos o óbvio que é o seu funcionamento normal?

Reunião do Ministério é adiada por sete dias

O presidente em exercício José Sarney adiou para sexta-feira a reunião ministerial convocada para as 17 horas de amanhã, quando seria feito um balanço do primeiro mês de governo da Nova República. O adiamento, segundo o assessor de imprensa de Sarney, Fernando César Mesquita, deve-se à necessidade que o presidente em exercício teve de antecipar a viagem que fará ao Nordeste, amanhã, para prestar assistência aos desabrigados pelas enchentes dos últimos dias.

Ontem, o ministro do Planejamento, João Sayad, esteve com o ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, discutindo o programa de aplicação de recursos deste ano e a participação financeira no plano de emergência que Sarney deverá anunciar na reunião ministerial da semana que vem.

O Ministério da Saúde deverá participar diretamente do programa de criação de empregos, utilizando recursos próprios e do Finsocial, tanto em obras de saneamento, para as quais estão previstos investimentos de Cr\$ 76 bilhões, como para o controle de epidemias, cuja previsão de aplicações é de Cr\$ 258 bilhões, dos quais Cr\$ 237 bilhões virão do Finsocial.

O Ministério da Saúde também participará do programa de alimentação, através do Plano Nacional de Saúde e do Projeto de Abastecimento de Alimentos básicos em áreas de baixa renda. Para estes dois progra-

mas estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 652 bilhões.

"Seja qual for o desfecho deste episódio, a classe política dará toda a sustentação necessária ao vice-presidente José Sarney" — afirmou ontem o deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), no início da noite, quando começaram a circular boatos em Brasília sobre a morte do presidente eleito Tancredo Neves. Zarzur observou que este é um momento delicado que a Nação atravessa e não deve servir de trampolim para qualquer iniciativa que vise a diluir o quadro constitucional em que vivemos.

O deputado disse ainda que está havendo certa confusão e dúvida diante do quadro político que estamos vivendo e que se agravou nas últimas horas: "Infelizmente para todos nós, porque o doutor Tancredo Neves representa tudo aquilo que a Nação brasileira deseja, principalmente o restabelecimento da democracia plena em nosso país".

Ele criticou aqueles que falam em eleições diretas dentro de dois anos: "Isso não tem cabimento. Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos por um colégio eleitoral, mas com respaldo de todos os brasileiros, conforme se comprovou nos comícios em praça pública. Eles têm um mandato a cumprir e o cumprirão. O importante nesta hora é todos darem seu apoio e sustentação a José Sarney, tanto os legisladores como todos os brasileiros".

Ulysses garante que a Aliança é permanente

O compromisso da Aliança Democrática é com a Nação e não com os partidos, e por isso continuará existindo, em unidade e apoio ao presidente em exercício José Sarney, afirmou ontem o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. "Nós assumimos uma responsabilidade fundamental com o País, que foi a de eleger Tancredo Neves e José Sarney, bem como criar um quadro político de sustentação para as posteriores realizações de governo", acrescentou Ulysses.

O presidente da Câmara frisou que a Aliança Democrática continuará "até pela sua sobrevivência, que é um instituto fundamental até nos animais". Caso contrário, sem unidade, deixará de existir, acrescentou. "Eu faço questão de frisar — prosequiu Ulysses Guimarães — que o presidente Sarney se tem comportado de maneira correspondente à importância do momento que estamos vivendo, até com senso de proporção e medida de se ajustar à situação que o País atravessa". Para Ulysses, não haverá sequelas da interinidade do governo, e "haja o que houver, aconteça o que acontecer, nós vamos encontrar, com a democracia, os caminhos para sair dessas graves dificuldades".

Ulysses Guimarães comentou que o Brasil já passou por várias fases difíceis em sua história, e saberá superar mais uma crise, desta vez com a participação do povo brasileiro. A Nação é eterna, disse o presidente da Câmara,

revelando confiança nos desdobramentos do quadro político institucional em face da doença do presidente eleito Tancredo Neves. Ulysses conversou com o presidente em exercício durante meia hora, pela manhã, abordando a doença de Tancredo e o apoio político ao governo interino.

O deputado não quis fazer previsões sobre a evolução do estado clínico do presidente eleito, mas frisou que as notícias por ele recebidas ao longo da madrugada de terça-feira e na manhã de ontem foram preocupantes e reveladoras de um quadro realmente difícil. "As notícias preocupam, mas como ele já venceu outras crises esperamos que isso ocorra de novo", disse Ulysses aos jornalistas. O presidente da Câmara não quis fazer prognósticos, alegando que sobre a saúde de Tancredo devem falar os médicos, enquanto os políticos falam em função dos fatos. "Não podemos fazer interpretações às vezes pessimistas e mórbidas; isso é mau no momento tão delicado que atravessamos", disse Ulysses.

O presidente da Câmara esclareceu não ter recebido nenhuma carta de Tancredo antes de sua internação no Hospital Distrital de Brasília, apenas tendo com ele conversado por telefone durante mais de meia hora na tarde do dia 14 de março, sobre problemas da futura administração. Tancredo revelara a intenção de anunciar no domingo seguinte a posse o nome do governador do Distrito Federal.

Não há acordo sobre 3º escalão

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, acha que o preenchimento de cargos no terceiro escalão deve ficar a critério dos ministros, com base nas listas preparadas pela Aliança Democrática. Com isso não concorda a Frente Liberal, que defende o critério da proporcionalidade ou acordo entre as bancadas para a sua distribuição. Segundo o critério dos liberais, em cada Estado seria reservado um mínimo de 20% dos cargos para o partido que tiver

dado o menor número de votos ao presidente eleito Tancredo Neves no colégio eleitoral.

A posição dos liberais foi definida, ontem, durante almoço com todos os senadores do partido e que contou também com a presença do ministro Marco Maciel. O presidente da Frente Liberal, Jorge Bornhausen, defendeu o critério da proporcionalidade ou o acordo entre as bancadas do seu partido e do PMDB como forma de prestigiar a atuação do parlamentar. Contudo, ficou acertado que o assunto será discutido em nova reunião, pois Ulysses ainda está consul-

tando as lideranças do partido sobre o assunto.

Durante o almoço, a bancada da Frente Liberal no Senado manifestou integral apoio ao presidente em exercício, José Sarney, considerando que a sua presença à frente da chefia do governo, durante o impedimento do presidente eleito Tancredo Neves, representa a estabilidade das instituições. A informação foi dada pelo senador Guilherme Palmeira, acrescentando que, embora reconheça a necessidade desse respaldo ao presidente interino, não se chegou a detalhar como fazer para ga-

rantá-lo em caso do afastamento definitivo do presidente eleito Tancredo Neves.

Enquanto isso, o deputado Raul Bernardo (PDS-MG), por meio de requerimento apresentado ao plenário da Câmara, pergunta ao vice-presidente em exercício qual a dotação orçamentária dos novos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. E quer saber também quanto se gastará em 1985 com o preenchimento de quatro cargos criados nos quadros permanentes dos três Ministérios.